

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19887	29902/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - - Licenciamento de obras de edificação, Universidade do Minho, RUA do Castelo Braga 4700-311 BRAGA		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 10614/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo - Gabinete de Licenciamento de Edificações, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/19872 de 8 de Junho de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

A entidade requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 08/06/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se o a aprovação do projeto de arquitetura . Aquando da apresentação das respetivas especialidades, deverão ser atualizados, termos e memórias descritivas devido à entrada em vigor do PDM 2026. Tal atualização decorre do previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril)."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





PROCESSO: 10614/2026

REGISTRO ENTRADA: 2026-E-RE-9334 DE 22.04.2026

REQUERENTE: UNIVERSIDADE DO MINHO

LOCAL DA OBRA: RUA DO CASTELO

UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA

(S. JOSÉ DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL:

1.1. A entidade requerente apresenta através dos registos nº 2026-E-RE-9396 de 22.04.2026, 2026-E-RE-9334 de 21.04.2026 e 2026-E-RE-4875 de 02.03.2026, **Projeto de Arquitetura**, referente à obra de reabilitação e ampliação de edifício sito na Rua do Castelo, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 212/ Braga (São João do Souto), inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 656

1.2. Posteriormente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-11955 de 19.05.2026, a entidade requerente realiza uma **junção de elementos por iniciativa própria** na sequência de interações com a CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

1.3. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea d) do número 2 do Artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

2. ANTECEDENTES:

Para o local da pretensão localizaram-se os seguintes antecedentes:

2.1. Processo nº **22868/2025**

2.2. Processo nº **10614/2026 – Licenciamento de Obras de Edificação.**

3. ANÁLISE DA PRETENSÃO:

3.1. Enquadramento com a carta de condicionantes e com a carta do ordenamento do território constantes no Plano Diretor Municipal:

3.1.1. A obra está implantada em Espaço Central – EC1, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73/2026, de 15 de abril.

3.1.2. A pretensão encontra-se em ZEP do Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem, Monumento Nacional e Igreja dos Terceiros, Monumento de Interesse Público.

3.1.3. A pretensão insere-se na área urbana com proteção arqueológica.

3.1.4. A pretensão insere-se na área de aplicação do Título III - Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico, constante no Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento nº 973/16, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 206, de 26 de outubro.

3.1.5. A pretensão está localizada em Área de Reabilitação Urbana – ARU Espaço Central, conforme Aviso nº 9460/2023, publicado no Diário da República, 2ª Serie – nº 93, de 15 de maio.

3.2. Instrução do processo:

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise, conforme informação DPU nº 2026-15131 de 27.05.2026.

3.3. Pareceres das entidades internas ao município:

Informação técnica da Unidade de Arqueologia nº 2026-13148 de 11.05.2026.



3.4. Pareceres das entidades externas ao município:

A pretensão mereceu parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, conforme informação anexa ao ofício n.º S-2026/648776 (C.S:1770708), com despacho de 27.05.2026, indicando que:

“Parecer favorável condicionado ao exposto na informação: à alteração da solução para a fachada lateral e à entrega dos elementos em falta, conforme o referido na informação de arquitetura; e à realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico nos termos da informação de arqueologia, devendo ser remetido o respetivo Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e respetivo plano de trabalhos para análise e autorização.”

3.5. Análise da Proposta, verificação da conformidade com o RGEU, com o regulamento do PDMB e com o Código Regulamentar de Braga:

3.5.1. A entidade requerente apresenta proposta de intervenção sobre parte de edifício de traça arquitetónica característica do início do séc. XX, da autoria do Arq. Marques da Silva (cujo plano inicial não foi concluído), no sentido de proceder a sua reabilitação e ampliação de modo a acolher à Escola de Executivos da Universidade do Minho – UminhoExec.

3.5.2. A proposta de intervenção prevê a reabilitação da fachada do edifício (elemento arquitetónico de maior relevo no conjunto edificado existente) e a alteração do seu interior, nomeadamente: localização de caixas de escadas, instalações sanitárias, corredor de distribuição e restantes compartimentos.

3.5.3. Do ponto de vista estrutural é mantido o sistema tradicional na cobertura e pisos, ainda que nos mesmos sejam introduzidos reforços metálicos e isolamento térmico.

3.5.4. No exterior indica a substituição das caixilharias de madeira por semelhantes, reabilitação das portadas, limpeza e pinturas dos rebocos e outros elementos compositivos, mantendo-se a cor final de acabamento.

Pontualmente haverá alteração de algumas caixilharias no rés do chão (alçado principal).

Na cobertura o acabamento será mantido com telhas cerâmicas e instalada uma claraboia em ferro pintada, com zinco na cobertura igualmente pintada. Para ventilação serão instaladas grelhas complanares com a cobertura.

Em relação à fachada de topo, é proposto o fecho de alguns vãos, abertura de um óculo, enchimento da parede, remoção de elementos metálicos e aplicação de chapa distendida pintada a verde escuro, de modo a integrar o pt e a “finalizar” a arcada.

3.5.5. O edifício mantém a mesma área de implantação (100% da área da parcela).

3.5.6. O edifício mantém na sua generalidade a mesma volumetria.

3.5.7. a proposta de intervenção, obteve parecer técnico **Favorável Condicionado** por parte da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, indicando que:

“3. Proposta:

Refere-se à proposta de obras de reabilitação e alteração de uma edificação de grande dimensão e valor, composta por três pisos e aproveitamento do vão da cobertura (...)

Não junta corte construtivo à escala conveniente (peças desenhadas).

Não junta mapa de vãos à escala conveniente.

4. Análise da proposta:

Apreciada a proposta, considera-se que na generalidade a proposta merece concordância, contudo no que se refere à solução indicada para o topo, mantemos a posição anteriormente transmitida:

Pese embora se verifique um esforço por integrar e dissimular os volumes adoçados ao topo da fachada do Edifício do Castelo, assim como da própria imagem do alçado, considera-se a presente com impacto, porquanto se manifesta como contrastante do ponto de vista formal, material e cromático, bem como por introduzir alterações na fachada de topo, desenquadradas da pré-existência.

Por conseguinte, somos de opinião que deverá nesta circunstância:

Preservar os vãos e caixilharias da referida fachada de topo, remover elementos dissonantes e regularizar a parede através de “enchimentos” e pintura à cor das restantes paredes;

Integrar o PT e o bar através de remoção de elementos adicionais, introduzir revestimento mate de elementos distintos e pintura a cor única, igual à das fachadas

5. Conclusões:

Face ao exposto, deverá ser emitido parecer favorável condicionado nos termos acima descritos:

Alterar a solução para a fachada lateral, bem como completar com os elementos em falta indicados no ponto 3.”



3.5.8. Atendendo, a alteração pontual ao projeto e elementos solicitados pela CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, considera-se que a entidade requerente poderá apresentar a reformulação do projeto de arquitetura em requerimento autónomo, previamente ou em simultâneo a apresentação dos projetos de engenharias de especialidades.

3.5.9. Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 80º do RPDM, aceita-se a isenção do cumprimento os parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento privado.

3.5.10. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 80º do RPDM, aceita-se a isenção do cumprimento os parâmetros de dimensionamento para a oferta de estacionamento público.

3.5.11. Alerta-se a entidade requerente que a dispensa total ou parcial dos lugares de estacionamento públicos está sujeita ao pagamento de compensação pecuniária pelos lugares de estacionamento não criados, a definir em regulamento municipal, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 80º do RPDM.

3.5.12. A pretensão fica sujeita ao pagamento de compensação pelas áreas não cedidas para implantação de espaços verdes, equipamentos públicos, habitação acessível ou vias distribuidoras principais, nos termos do artigo 94º do RPDM.

3.5.13. Neste contexto, considera-se que nada há opor ao presente **Projeto de Arquitetura**.

3.6. Outros aspetos regulamentares:

3.6.1. O técnico autor do projeto de arquitetura deverá zelar pelo cumprimento das normas técnicas para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

3.6.2. Ao abrigo do disposto no n.º 8 do Artigo 20º do RJUE, as declarações de responsabilidade dos autores dos projetos de arquitetura, no que respeita aos aspetos interiores das edificações, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.6.3. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 03 de julho na redação conferida pela Lei n.º 40/2015 de 01 de Junho, alterada pela Lei n.º 25/2018 de 14 de Junho, (ou na sua redação atual), com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

4. PROPOSTA DE DECISÃO:

4.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

4.2. Ao abrigo do número 4 do Artigo 20.º do RJUE, caso haja deferimento da pretensão, julga-se de comunicar a entidade requerente para, no prazo máximo de seis meses, apresentar os projetos de especialidades enumerados no ponto 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

4.3. Alerta-se a entidade requerente que, a emissão de comprovativo de licença e pagamento de taxas, fica condicionada à autorização prévia dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de arqueólogo, via Portal do Arqueólogo.

4.4. Comunique-se o teor da presente informação técnica, informação técnica da Unidade de Arqueologia e informação técnica da CCDR Norte IP – Unidade de Cultura.

Remete-se para consideração superior.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Assunto : Obra de reabilitação e alteração de um Setor do Edifício do Castelo, da Universidade do Minho, localizada na Rua do Castelo, freguesia de São João do Souto, concelho de Braga.

Requerente : Universidade do Minho

Local : Rua do Castelo, freguesia de São João do Souto, concelho de Braga.

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º: S-2026/648776 (C.S:1770708)

Cód. Manual

N.º Proc.: DRCN-DSBC/2026/03-03/534/POP/137799
(C.S:283975)

Data Ent. Proc.: 06/05/2026

Diretor da Unidade de Cultura, Paulo Sérgio Moura a 27/05/2026

Parecer favorável condicionado ao exposto na informação: à alteração da solução para a fachada lateral e à entrega dos elementos em falta, conforme o referido na informação de arquitectura; e à realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico nos termos da informação de arqueologia, devendo ser remetido o respetivo Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e respetivo plano de trabalhos para análise e autorização.

DSBC: 2026-534

CS: 1769856

Servidão administrativa: ZEP, Castelo de Braga, MN; ZEP, Igreja dos Terceiros, MIP

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º-A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1.Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a alteração e Reabilitação de um edifício na Rua do Castelo, em Braga, o qual se situa em área de sensibilidade arqueológica, **sobretudo pela presença da muralha medieval.**

2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: Tendo em conta o que foi referido em 1, bem como facto da pretensão implicar trabalhos com escavação de solos, se entende que o projecto de arquitectura só poderá ser validado após a realização de sondagens arqueológicas de avaliação prévia, e



função dos resultados das mesmas, sendo que esta medida terá por objecto a identificação de eventuais vestígios arqueológicos para seu estudo e salvaguarda, podendo ainda para o mesmo efeito ser necessário recorrer-se a outras metodologias arqueológicas complementares.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

Previamente ao início dos trabalhos arqueológicos deverá ser agendada pelo arqueólogo responsável, com o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga, uma reunião onde será avaliada a melhor localização, no terreno, das sondagens previstas em PATA.

Consecutivamente, deverá haver, por parte do arqueólogo responsável, uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga durante todo o tempo em que estes sejam executados. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer condicionado, nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior

CCDRN, 22/5/2026

PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

ZEP: Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem, Portaria de 27-02-1961 publicada no DG, II Série, n.º 58, de 9-03-1962;

ZEP: Igreja dos Terceiros, MIP – monumento de interesse público, Portaria n.º 740-I/2012, DR, 2 série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a intervenção em imóvel, sito na Rua do Castelo, Braga.



Antecedentes:

Parecer informal enviado por email a 22 de janeiro de 2026

Após análise prévia e informal à solução enviada, consideramos que a mesma apresente impacto junto d.

*ZEP: Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem
restricoes: ZEP do Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem - ZNA (Zona Non Aedificandi)*

*ZEP: Igreja dos Terceiros
na medida em que não se afigura como integradora da pré-existência – edifício do Castelo, não concorrendo deste modo para um remate da empena neutro, sem presença excessiva da sua linguagem contemporânea.*

Nestes termos, reiteramos a nossa aceitação pela solução anteriormente enviada: “parede de betão branco”, a qual não consubstancia um volume construído, permite a colmatação de vários elementos construídos “em espera” e articula de forma atual com a envolvente patrimonial onde se insere.

Parecer informal enviado por email a 23 de fevereiro de 2026

Pese embora se verifique um esforço por integrar e dissimular os volumes adoçados ao topo da fachada do Edifício do Castelo, assim como da própria imagem do alçado, considera-se presente com impacto, porquanto se manifestar como contrastante do ponto de vista formal, material e cromático, bem como por introduzir alterações na fachada de topo, desenquadrada da pré-existência.

Por conseguinte, somos de opinião que deverá nesta circunstância:

Preservar os vãos e caixilharias da referida fachada de topo, remover elementos dissonantes regularizar a parede através de “enchimentos” e pintura à cor das restantes paredes;

Integrar o PT e o bar através de remoção de elementos adicionais, introduzir revestimento mais de elementos distintos e pintura a cor única, igual à das fachadas.

2. Avaliação Patrimonial:

O local é de grande exposição e as edificações de valor patrimonial a preservar.

3. Proposta:

Refere-se a proposta a obras de reabilitação e alteração de uma edificação de grande dimensão e valor, composta por três pisos e aproveitamento do vão da cobertura, designadamente:

“tratar a empena, a norte, resultante da quebra na construção do quarteirão; recuperar cobertura; e atualizar e ajustar o espaço interior aos programas e necessidades contemporâneas”.

Destina-se à Escola de Executivos da Universidade do Minho - UMinhoExec.

No que se refere ao interior é proposta a alteração da localização das caixas de escadas e da instalações sanitárias, bem como a realocação do corredor de distribuição e dos restantes compartimentos.

Do ponto de vista estrutural mantém o sistema tradicional na cobertura e pisos, ainda que no mesmos sejam introduzidos reforços metálicos e isolamento térmico.



No exterior indica a substituição das caixilharias de madeira por semelhantes, reabilitação da portadas, limpeza e pinturas dos rebocos e outros elementos compositivos, mantendo-se a final de acabamento.

Pontualmente haverá alteração de algumas caixilharias no rés-do-chão (alçado principal).

Na cobertura o acabamento será mantido com telhas cerâmicas e instalada uma claraboia em ferro pintada, com zinco na cobertura igualmente pintada. Para ventilação serão instaladas grelhas complanares com a cobertura.

Em relação à fachada de topo, é proposto o fecho de alguns vãos, abertura de um óculo, enchimento da parede, remoção de elementos metálicos e aplicação de chapa distendida pintada a verde-escuro, de modo a integrar o pte e a “finalizar” a arcada.

Não junta corte construtivo à escala conveniente (peças desenhadas).

Não junta mapa de vãos à escala conveniente.

4. Análise da proposta:

Apreciada a proposta, considera-se que na generalidade a proposta merece concordância; contudo no que se refere à solução indicada para o topo, mantemos a posição anteriormente transmitida:

Pese embora se verifique um esforço por integrar e dissimular os volumes adossados ao topo a fachada do Edifício do Castelo, assim como da própria imagem do alçado, considera-se presente com impacto, porquanto se manifesta como contrastante do ponto de vista formal, material e cromático, bem como por introduzir alterações na fachada de topo, desenquadrada da pré-existência.

Por conseguinte, somos de opinião que deverá nesta circunstância:

Preservar os vãos e caixilharias da referida fachada de topo, remover elementos dissonantes, regularizar a parede através de “enchimentos” e pintura à cor das restantes paredes;

Integrar o pte e o bar através de remoção de elementos adicionais, introduzir revestimento mais homogêneo e pintura a cor única, igual à das fachadas.

5. Conclusões:

Faça ao exposto, deverá ser emitido parecer favorável condicionado nos termos acima descritos:

Alterar a solução para a fachada lateral, bem como completar com os elementos em falta indicados no ponto 3.

BRG2026/00348

07 de maio de 2026

À Consideração Superior.

O Técnico Superior



PROCESSO: 10614/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-4875 / 27/02/2026 22:06

REQUERENTE: Universidade do Minho

LOCAL DA OBRA: Rua do Castelo, UF S. Lazaro e S. João Souto

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga.

2. A operação urbanística, em avaliação, programa obras de ampliação e alteração de um imóvel situado no interior da Zona Especial de Proteção (ZEP) arquitetónica e arqueológica ao “Castelo de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem”, coincidente com o traçado proposto para a estrutura defensiva medieval, num ponto em que o pano de muralha corresponderia igualmente ao pano defensivo do castelo, e ainda muito próximo à mancha de proteção aos vestígios arqueológicos relacionados com a necrópole associada à Via Romana XVIII, do Itinerário de Antonino, pelo que o seu subsolo seja, no contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico concelhio, considerado muito sensível.

3. Programando o projeto de arquitetura em licenciamento substanciais alterações do subsolo existente (execução de um auditório), propõe-se que, todas as obras, com impacto no mesmo, sejam antecedidas de sondagens arqueológicas, trabalhos estes, devidamente autorizados para o efeito, pelo Património Cultural – I.P..

4. Mais se propõe que:

a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

b) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica (Artigo B-3/9.º, n.º6 do Código Regulamentar do Município de Braga), previamente à resposta à comunicação de utilização do imóvel em referência.

5. À luz do disposto nos n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

6. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no Dec. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Processo: 10614/2026

Registos de entrada: 2026-E-RE-9334 e 2026-E-RE-9396

Requerente: Universidade do Minho

Local da obra: Rua do Castelo, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto)

Assunto: Licenciamento de obras de edificação

Informação técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A entidade requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-4875, apresenta um pedido de **licenciamento de obras de edificação** com vista à ampliação e a alterações ao prédio situado na Rua do Castelo, União das Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 212/ Braga (São João do Souto), inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 656.
- 1.2. Através dos requerimentos n.ºs 2026-E-RE-9334 e 2026-E-RE-9396, apresenta junção de elementos em resposta à informação técnica comunicada através do despacho n.º 2026-5712, de 26/03/2026.
- 1.3. Relativamente ao local da pretensão, identificou-se o seguinte antecedente processual:
 - 1.3.1. Processo de camarário n.º 22868/2025.

2. PROCEDIMENTO APLICÁVEL

- 2.1. A presente operação urbanística tem enquadramento no n.º 2, do Artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3. CONSULTAS A ENTIDADES E/OU SERVIÇOS

- 3.1. Constata-se que o prédio se localiza em Mancha Urbana de Proteção Arqueológica, por isso foi solicitado o parecer da Unidade de Arqueologia.
- 3.2. Constata-se que o prédio se encontra em Zona Geral de Proteção a Património Classificado (Igreja dos Terceiros), por isso foi solicitado o pertinente parecer da CCDRN-Cultura.

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- 4.1. Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação se encontra instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



5. PROPOSTA

5.1. Propõe-se o seguimento do processo para o Gabinete de Licenciamento de Edificações (GLE), para **análise urbanística**.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

